

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Pós Graduação Lato-sensu em Gestão e Políticas Públicas

Ritchie Soares Barbosa Martins

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO
EXPERIÊNCIA EM DIADEMA

São Paulo

2014

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Pós Graduação Lato-sensu em Gestão e Políticas Públicas

Ritchie Soares Barbosa Martins

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO
EXPERIÊNCIA EM DIADEMA

Trabalho de conclusão de Curso,
com objetivo de aprovação em
Pós-Graduação Lato-sensu em
Gestão e Políticas Públicas, da
Fundação Escola de Sociologia e
Política de São Paulo, sob a
orientação do Professor Claudio
Lammardo Neto

São Paulo

2014

RESUMO

Diante da crescente demanda da sociedade brasileira, e do consenso entre muitos educadores em torno dos benefícios educacionais da ampliação da Jornada escolar, se tornou tarefa fundamental na agenda de políticos de todo Brasil, trilhar os rumos para uma Educação Integral e emancipatória .

“O Programa Mais Educação” instituído pela portaria Interministerial nº 17 de 2007, e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; Educação Ambiental; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Cultura e Artes; Cultura Digital; Promoção da Saúde; Comunicação e uso de Mídias; Investigação no campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica.

Diante disso, foram analisados a estrutura e organização do “Programa Mais Educação”, e a experiência de sua implantação no Município de Diadema. Na perspectiva de oferecer subsídios para implantação do Programa em outras cidades do Brasil.

Palavras chave: Gestão Pública, Política Educacional, Educação Integral

ABSTRACT

Given the increasing demand of Brazilian society , and the consensus among many educators around the educational benefits of expanding the school Journey , became fundamental task on the agenda of politicians all over Brazil , tread the paths for Integral Education and emancipatory .

" The More Education Program " established by ministerial decree No. 17 of 2007 and regulated by Decree 7.083/10 , was established as the Ministry of Education's strategy to induce the expansion of the school day and curriculum organization from the perspective of Integral Education .

Schools of public networks of state, municipal and federal district education are joining the program and , according to the educational project in progress , choose to operate in the macrocampos pedagogical monitoring ; environmental education ; sports and leisure; human rights education; culture and arts ; digital culture ; health promotion ; communication and media use ; Research on the nature and economic sciences education .

Therefore, the structure and organization of the "More Education Program", and the experience of its implementation in the municipality of Diadema were analyzed. In the perspective of providing subsidies for implementation of the Program and other cities of Brazil.

SUMÁRIO

| | |
|---|---------|
| INTRODUÇÃO..... | pág.06 |
| REVISÃO DA LITERATURA..... | pág.07 |
| METODOLOGIA..... | pág.08 |
| CAPÍTULO 1: CONTEXTO BRASILEIRO E EDUCAÇÃO INTEGRAL..... | pág.09 |
| 1.1 EDUCAÇÃO INTEGRAL..... | pág.09 |
| 1.2 MAIS EDUCAÇÃO..... | pág.10 |
| CAPÍTULO 2: MAIS EDUCAÇÃO DIADEMA..... | pág.12 |
| 2.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E CONSTRUÇÃO DE UMA REDE EDUCATIVA..... | pág.13 |
| 2.2 O PROGRAMA DIADEMA MAIS EDUCAÇÃO..... | pág.13 |
| 2.3 ESCOLAS..... | pág.15 |
| Roteiro de atividade dos macrocampos..... | pág.16 |
| 2.4 CONTEÚDOS..... | pág.17 |
| Letramento e Matemática..... | pág.17 |
| Esporte e Lazer..... | pág.18 |
| Educação Ambiental..... | pág.18 |
| Cultura..... | pág.19 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | pág.20 |
| BIBLIOGRAFIA..... | pág. 22 |

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, e sua temática “Programa Mais Educação – Experiência em Diadema” nasceram da preocupação com a implantação do Programa no Município de São Paulo.

Diante das inúmeras dificuldades em implantar o Programa na Cidade, devido principalmente por seu modelo Federal, que demanda adaptações e ajustes no âmbito dos municípios fomos atrás da experiência na Cidade de Diadema. A qual entendemos ter inúmeras melhorias possíveis, contudo apresenta-se inteiramente implantando na rede municipal de ensino, e com boa aprovação da população e de educadores de todos os níveis.

No Capítulo 1, o trabalho inicia-se contextualizando a realidade da Educação Integral no Brasil hoje, e seus principais desdobramentos. Avança apresentando o Programa Mais Educação do Governo Federal, sua legislação e propostas.

No Capítulo 2, a experiência em Diadema passa a ser relatada, as adaptações realizadas em âmbito municipal pela Secretária Municipal de Educação, a intersetorialidade presente nas diversas ações e seus macrocampos, responsáveis pelas propostas pedagógicas da ação do Programa Diadema Mais Educação.

O texto discorre sobre os aspectos fundamentais da Implantação do Programa Diadema Mais Educação, que em larga medida serve como alicerce as questões que poderão aparecer quando da tentativa de proporcionar aos alunos de diferentes municípios, Educação Integral, dentro do modelo proposto pelo Governo Federal no Programa Mais Educação.

REVISÃO DA LITERATURA

O embasamento metodológico para pesquisa utilizou o texto de FALCÃO, J. T. da R.; RÉGNIER, J. Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, maio./ago. 2000.

A legislação consultada teve como principal documento a LDB da Educação sob a seguinte indicação: BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Sobre as questões relativas à Educação Integral, discutimos principalmente o texto de: CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O Lugar da Educação Integral na Política social. In: Caderno CENPEC: educação, cultura e ação comunitária, n. 2, p. 07-13, 2006. E o texto da, CENPEC. Tendências para Educação Integral. São Paulo, Fundação Itaú Social, 2011.

As questões relacionadas com o Programa Mais Educação e Programa Diadema Mais Educação, foram consultados nos textos: Série Mais Educação – Educação Integral, Texto Referência para o Debate Nacional, Ministério da Educação, Brasília, 2009, e o texto Integração da Escola com a Cidade pelos Caminhos da Educação Integral, Prefeitura de Diadema, 2012.

METODOLOGIA

Este estudo, de natureza qualitativo, serve para o entendimento do contexto em que um fenômeno ocorre. Permitindo a observação de vários elementos simultaneamente em um pequeno grupo.

“Esta abordagem é capaz de propiciar um conhecimento aprofundado de um evento, possibilitando a explicação e a análise de comportamentos” (FALCÃO, J.T. da R. & REGNIER, p. 229-243, 2000).

As categorias analisadas nesta pesquisa foram: a) Contexto Nacional da Educação Integral; b) Sujeitos envolvidos no Programa; c) O uso dos espaços; d) O Funcionamento do programa.

CAPÍTULO 1 - CONTEXTO BRASILEIRO E EDUCAÇÃO INTEGRAL

Um estudo das desigualdades sociais, que relacione tanto os problemas de distribuição de renda quanto os contextos de privação de liberdades, é requerida para a construção da proposta de Educação Integral. Essa construção, no Brasil, é contemporânea aos esforços do Estado para ofertar políticas redistributivas de combate à pobreza.

Desta maneira, faz-se necessário um quadro conceitual mais amplo para que a aceitação de uma agenda pela qualidade da educação considere o valor das diferenças, segundo o pertencimento étnico, a consciência de gênero, a orientação sexual, as idades e as origens geográficas. Vale destacar, nesse quadro, a influência dos processos de globalização, as mudanças no mundo do trabalho, as transformações técnico-científicas e as mudanças sócio-ambientais globais, dentre outras, que impõem novos desafios às políticas públicas, em geral e, em particular, às políticas educacionais, principalmente em países emergentes como o Brasil¹.

1.1. EDUCAÇÃO INTEGRAL

No Brasil, na primeira metade do século XX, encontramos investidas significativas a favor da Educação Integral, tanto no pensamento quanto nas ações de cunho educativo de católicos, de anarquistas, de integralistas e de educadores como Anísio Teixeira, que tanto defendiam quanto procuravam implantar instituições escolares em que essa concepção fosse vivenciada. No entanto, cabe ressaltar que eram propostas e experiências advindas de matrizes ideológicas bastante diversas e, por vezes, até contraditórias.

As experiências aplicadas recentemente apontam o papel central que a escola deve ter no projeto de Educação Integral, mas também apontam a necessidade de articular outras políticas públicas que contribuam para a diversidade de vivências que tornam a Educação Integral uma experiência inovadora e sustentável ao longo do tempo. Com essas premissas, foi instituído o Programa Mais Educação no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

¹ Série Mais Educação – Educação Integral, Texto Referência para o Debate Nacional, Ministério da Educação, Brasília, 2009.

De acordo com a publicação, Tendências para a Educação Integral (CENPEC, 2011), vivemos no Brasil um contexto político e social favorável ao debate da Educação Integral, com demonstrações explícitas a favor da agenda e da implementação de políticas de educação integral em tempo integral, ou educação integral em jornada ampliada. O Programa Mais Educação é produto dessa discussão.

A conjuntura que colaborou para seu lançamento foi sendo propiciada desde 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, um marco legal importante para impulsionamento da Educação Integral no Brasil, ao indicar aumento progressivo da jornada escolar e reconhecer as iniciativas de instituições parceiras da escola.

Ainda no âmbito federal, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi aprovado em 2007, lançando metas de universalização e ampliação do acesso em todos os níveis educacionais, de apoio à formação de professores, avaliação, e acompanhamento individualizado e periódico de todos os agentes envolvidos na Educação do país.

No mesmo caminho, em 2010, foi construído o Plano Nacional de Educação (PNE), com o objetivo de direcionar a Educação no país até 2020, por meio de 10 diretrizes e 20 metas. A Meta 6 do Plano trata especificamente da ampliação do tempo escolar na Educação Básica, prevendo atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência de crianças na escola (ou sob sua responsabilidade) passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo. Prevê-se a ampliação dos espaços educativos através de colaboração com parceiros, assim como a utilização de espaços comunitários como estratégia de articulação entre escola e comunidade.

1.2 MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria interministerial 17/2007 e pelo Decreto Presidencial 7083/2010 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como uma ação do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral². Trata-se do esforço para construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas

² GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. In: Caderno CENPEC: educação, cultura e ação comunitária, n. 2, p. 15-24, 2006.

educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. Por isso, colocam em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MINC, do esporte – ME, do Meio ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da tecnologia – MCT e, também da Secretaria Nacional de Juventude, passando a contar em 2010, com o apoio do Ministério da Defesa, na possibilidade de expansão dos territórios educativos. Essa estratégia permite a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola com seus gestores, professores, estudantes e funcionários.

Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens. O ideal da Educação Integral traduz a compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade democrática.

Por meio da educação integral, se reconhece as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens. Esse ideal está presente na legislação educacional brasileira e pode ser apreendido em nossa Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 227; no estatuto da Criança e do adolescente (lei n.º 9089/1990); na lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (lei n.º 9394/1996); no Plano nacional de educação (lei n.º 10.179/2001), no Fundo nacional de Manutenção e Desenvolvimento do ensino Fundamental e de valorização do Magistério (lei n.º 11.494/2007), através do financiamento diferenciado às matrículas em tempo integral no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007), através do Programa Mais Educação e no Plano Nacional de Educação proposto para o período 2011 - 2020³.

³ Série Mais Educação – Educação Integral, Texto Referência para o Debate Nacional, Ministério da Educação, Brasília, 2009

O Mais Educação induz a organização do tempo e currículo escolares na perspectiva de uma Educação que amplie significativamente as dimensões, os tempos, os espaços e as oportunidades formativas⁴.

Tornar possível a Educação Integral em Diadema exigiu uma mudança de base não só na estrutura organizacional das escolas, mas também na própria gestão pública, através de políticas intersetoriais entre diferentes Secretarias Municipais.

CAPÍTULO 2 : MAIS EDUCAÇÃO DIADEMA

O Diadema Mais Educação oferece atividades culturais, esportivas, ambientais, de letramento e matemática. Além da grade curricular aplicada em sala de aula, os alunos participam de atividades desenvolvidas dentro das escolas e em espaços diversos, como parques, cinema, praças, teatro, jardim botânico, circo, empresas, entre outros. À medida que se deslocam no território, os estudantes apreendem a função social dos diferentes espaços educativos e adquirem novas aprendizagens. Por outro lado, a cidade se humaniza com a presença da criança nas ruas, transformando-se numa grande sala de aula a céu aberto. O objetivo central é que a criança se alfabetize até os oito anos de idade, conforme rege o Compromisso Todos Pela Educação. O Programa Mais Educação foi implantado no município em 2009. Atualmente, todas as 17 escolas municipais de Ensino Fundamental estão inseridas no programa e mais de 6.300 crianças de seis a oito anos participam. Vale destacar que adesão dos alunos ao Mais Educação é voluntária⁵.

Sob o ponto de vista de sua aplicação, a diferença da experiência de Educação Integral na Cidade é que sua estrutura foi definida e organizada a partir de uma matriz do próprio Governo Federal, o Programa Mais Educação, cujo mecanismo prevê possibilidades de implantação sistêmica e gradativa da Educação Integral nos Estados e Municípios.

⁴ CENPEC. Tendências para Educação Integral. São Paulo, Fundação Itaú Social, 2011.

⁵ Disponível em <http://www.diadema.sp.gov.br/cidadao/guia-de-servicos/43-cidade-educadora/3901-mais-educacao.html>

2.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E CONSTRUÇÃO DE UMA REDE EDUCATIVA

A escola alterou sua posição nas relações históricas de aprendizado, incorporando novos sentidos à vivência educativa, até então conceitualmente mais significativos em outros espaços sociais. O ambiente escolar desdobra-se em novas possibilidades para crianças: espaços de encontro e de troca de vivências, atividades que ocorrem cada vez menos tanto em espaços públicos quanto na esfera privada.

Ao pátio escolar coube o papel de abrigar as manifestações culturais das crianças, por meio da convivência, da fala, dos jogos, das brincadeiras – foi brecha por onde o território⁶ adentrou a instituição escolar. No entanto, o conhecimento produzido historicamente na escola pouco dialogou com os saberes locais, não os legitimando enquanto conteúdo de formação.

Ao mesmo tempo, esse conhecimento sistematizado tampouco foi, com plena oferta e qualidade, transferido às camadas populares, para a faixa da população mais vulnerabilizada, restaram os fragmentos de erudição e possibilidades parciais de acesso à diversidade de conhecimentos científicos, assim como a atribuição de pouco valor às vivências e aprendizagens locais, o que reduziu as oportunidades educativas das comunidades, caracterizando uma forma velada de opressão⁷.

Mas a ampliação de tempos e espaços proposta pelo Programa Mais Educação não se limita a construir, reformar ou decorar espaços escolares, ou a descobrir salas e parceiros no seu entorno para realização de atividades, ou ainda a desbravar a cidade com estudantes.

Por meio da rede integrada de parcerias, que faz conversar os diversos campos educativos (formal, não-formal e informal); da intersetorialidade em todos os níveis de Governo; da riqueza e diversidade temática dos macrocampos; do aporte de recursos e insumos materiais e imateriais; da presença da comunidade dentro da escola, e da frequência da escola nos espaços comunitários.

A escola e a cidade são como são porque nós as fizemos assim. No entanto, como coautores, podemos fazê-las de outra forma, desnaturalizando este processo. A cidade

⁶ SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6 nº 16 (jun.2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

⁷ FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 12ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

só será bela, segura e acolhedora se for cuidada e usufruída por todos, sem exceção. E para isso é fundamental que todos participem das decisões e intervenções.

2.2 O PROGRAMA DIADEMA MAIS EDUCAÇÃO

A implementação do Programa Mais Educação foi um marco na história de Diadema, ao transformar a cidade em uma grande escola a céu aberto. O Programa ampliou o tempo de permanência das crianças nas escolas para até um total de nove horas diárias, sendo que nessas horas a mais acontecem atividades propostas pelos diferentes macrocampos (Letramento e Matemática, Esporte e Lazer, Cultura e Educação Ambiental), tanto dentro do edifício escolar quanto em espaços públicos e particulares espalhados pelo município, os espaços parceiros.

Para que o Mais Educação Diadema pudesse acontecer três grupos precisam trabalhar juntos para promover a Educação das crianças: poder público, escola e comunidade.

O Poder Público faz o planejamento e a gestão do Programa, além de possibilitar sua manutenção. As relações intersetoriais são imprescindíveis para fazer acontecer a Educação Integral, e se dão tanto dentro do próprio âmbito municipal, quanto através dos diversos programas que, de alguma maneira, se relacionam ao Diadema Mais Educação, por meio das diferentes esferas do poder público:

- PDDE, Programa Dinheiro Direto na Escola (MEC);
- Escola Aberta (MEC);
- PSE, Programa Saúde na Escola (Ministério da Saúde + MEC);
- PST, Programa Segundo Tempo (Ministério dos Esportes);
- Bolsa Família (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome);
- Aprender Mais (Secretaria Municipal de Educação de Diadema);
- Ação Compartilhada (Secretaria Municipal de Educação de Diadema);
- Ler Mais (Secretaria Municipal de Educação de Diadema +Secretaria de Assistência Social e Cidadania).

Para fazer o Programa Mais Educação em Diadema, construiu-se então um mecanismo baseado na relação entre três comitês: Comitê Gestor, Comitê Executivo e Comitê Pedagógico.

O Comitê Gestor é composto por secretários de todas as áreas envolvidas no Programa Diadema Mais Educação: Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Segurança Alimentar, Assistência Social e Transporte, além das secretarias que lhe dão apoio operacional. Este comitê tem como pauta a estrutura e funcionamento do programa, discutindo também os conteúdos educativos propostos. Pode-se dizer que uma conquista do Diadema Mais Educação foi obter, nas convergências e tensionamentos conceituais, um diálogo com diferentes campos do conhecimento e suas representações dentro da máquina pública.

Este diálogo ocorre também no Comitê Executivo, que é um espaço institucional de organização e discussão do programa no seu cotidiano nas escolas. É formado por técnicos das secretarias Municipais envolvidas, que acompanham o Programa Diadema Mais Educação na execução das diretrizes propostas, em seus desafios e potencialidades.

Já o Comitê Pedagógico é formado por uma Coordenação Pedagógica indicada pelas áreas envolvidas: são especialistas nas áreas de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e Educação Ambiental. Sua ação está concentrada entre o Comitê Executivo e as Unidades Escolares. O Comitê Pedagógico é a força motriz do Programa Diadema Mais Educação, na medida em que estabelece a rotina escolar dos alunos da Educação Integral.

A equipe do Comitê Pedagógico é responsável pelo acompanhamento pedagógico semanal em cada uma das unidades escolares, para verificar a execução das propostas pedagógicas. Cabe a ele a responsabilidade: de orientar tanto as formações dos educadores – com o objetivo de instrumentalizá-los e fornecer apoio metodológico; como as dos professores articuladores, com intuito de balizar a construção de um currículo “único” na escola.

O comitê pedagógico também realiza uma avaliação semestral das atividades, por meio de instrumentos qualitativos e quantitativos, mensurando avanços e percepções do Programa junto às crianças, pais, coordenação de escolas, educadores e professores do ensino regular, professores articuladores e agentes de educação comunitária.

2.3 ESCOLAS

Na escola, O Programa Diadema Mais Educação se materializa através da seguinte estrutura: Conselho Gestor Escolar, onde ocorre o diálogo com os diferentes segmentos

envolvidos na organização da escola; Professor Articulador, professor, que será o responsável local pelo Programa e seu cotidiano; Educador, estudante dos últimos anos de cursos relacionados à Pedagogia, Letras, Cultura, Esporte e Educação Ambiental, responsável pela execução do currículo; e Agente Comunitário de Educação.

Os personagens da Educação Integral dentro da escola:

- Alunos: São crianças de 1º, 2º e 3º anos;
- Diretor, Vice Diretor, e Coordenador Pedagógico: é a equipe de gestão da escola que trabalha para que a organização do Mais Educação se integre ao período regular, configurando-a como uma escola unificada e integrada;
- Professores da rede: trabalham em conjunto com os Educadores, de modo que os conteúdos pedagógicos se complementem entre os dois turnos;
- Conselho Escolar: acompanha o Programa e fiscaliza os recursos do PDDE;
- Articulador: é o ponto de troca de informação entre todos participantes do Mais Educação, principalmente no que se refere à articulação do período de aula do ensino regular com o Programa;
- Educadores (estudantes do 3º e 4º ano dos cursos relacionados à Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Educação Ambiental): desenvolvem as atividades com as crianças a partir das diversas linguagens propostas pelo Programa;
- Agentes Comunitários de Educação (membros da comunidade, ativos no Conselho Escolar): responsáveis pelo cuidado com as crianças no trajeto, na alimentação e em toda a logística do Programa Diadema Mais Educação.

Para que o Programa Diadema Mais Educação funcione adequadamente, todas as escolas seguem um roteiro para a realização de atividades, dividido em macrocampos:

Roteiro de Atividades dos Macrocampos

De segunda-feira a quinta-feira

- 2 aulas de Letramento,
- 2 de Matemática,
- 2 de Esporte e Lazer,

- 1 de Educação Ambiental,
- 1 de Cultura.

E às sextas-feiras são realizadas as formações das equipes (educadores, articuladores e agentes de educação).

2.4 CONTEÚDOS

Os conteúdos pedagógicos no Programa Mais Educação vão trabalhar a favor de um currículo unificado, propõe não só a materialização, como a ampliação dos objetivos iniciais da Proposta Pedagógica Municipal, conforme veremos a seguir nas propostas curriculares das áreas: Letramento e Matemática, Esporte e Lazer, Cultura e Educação Ambiental.

Letramento e Matemática

O macrocampo de Letramento e Matemática é responsável por metade da carga horária das atividades do Programa Diadema Mais Educação. São duas aulas de Letramento e duas aulas de Matemática por semana. Sua importância tem reflexos inclusive no número de educadores, em quantidade muito maior se comparado com os demais macrocampos do Programa.

A leitura é parte integrante do currículo da Educação Integral no Programa Mais Educação. O aluno é incentivado a ter atitudes positivas em relação ao ato de ler, a fortalecer capacidades de decifração, e desenvolver fluência em leitura. A compreensão sobre a importância da leitura diária é suscitada nas atividades de letramento por meio de músicas, poemas, jogos e dos nomes de cada criança, entre outros instrumentos pedagógicos.

Já na Matemática, as ações buscam aprendizagens que mobilizem os recursos cognitivos dos alunos e sua relação com o cotidiano. São trabalhados conteúdos como, por exemplo, distâncias e unidades de medida no contexto do dia a dia da criança: uma receita culinária, fazer compras na feira, o percurso de casa até a escola. Isso colabora para que as experiências de aprendizado sejam vivenciadas de maneira plena.

Para atingir os objetivos propostos pelo macrocampo de Letramento e Matemática do Programa Diadema Mais Educação, busca-se, por meio da formação de educadores,

uma intervenção pedagógica significativa, orientando-os quanto ao desenvolvimento das atividades a serem vivenciadas com as crianças, desde a postura do educador perante os alunos até o planejamento da rotina e do tempo pedagógico. A avaliação das atividades realizadas durante as aulas é outro aspecto importante: é o momento de identificar se houve efetivação do aprendizado e o envolvimento esperado por parte das crianças.

Esporte e Lazer

No desenvolvimento das atividades de Esporte e Lazer do Programa Diadema Mais Educação, prevalece o sentido lúdico; porém, busca-se a construção de valores e a atribuição de significados às práticas propostas, com a criticidade e criatividade.

As atividades são baseadas em práticas corporais como promotoras de práticas de sociabilidade, com ênfase no resgate da cultura local e no fortalecimento da diversidade cultural.

As atividades de Esporte e Lazer são carregadas de um duplo aspecto educativo: a possibilidade de educar para e pelo esporte. Isso significa não só propiciar o acesso ao conhecimento de novas práticas esportivas e de lazer, mas também que os alunos poderão se apropriar das reflexões resultantes dessas práticas e incorporá-las em seus hábitos de vida.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental é concebida como um tema transversal e universal, e por isso deve estar associada à formação de valores e padrões de conduta.

Durante as atividades, os alunos vivenciam na prática comportamentos ambientalmente corretos como compostagem, práticas culinárias com reaproveitamento de alimentos, produção de hortaliças orgânicas, reutilização e destinação correta de resíduos sólidos, reflexão sobre conseqüências do consumismo e realização de ações que minimizam impactos negativos no meio ambiente.

O objetivo do macrocampo de Educação Ambiental é envolver alunos no diagnóstico dos problemas socioambientais, da escola e do seu entorno, a fim de compreender as principais conseqüências ambientais de nossas ações.

Cultura

As atividades do macrocampo Cultura buscam momentos de reflexão para a criança sobre ela própria como portadora de identidade única, ela terá a oportunidade de explorar o mundo com outros olhos, de posse de um repertório ampliado de saberes.

Procura trabalhar os conteúdos de maneira transversal em relação ao ensino fundamental e aos outros macrocampos do Programa Diadema Mais Educação; prover recursos para manifestações artísticas populares, prioritariamente para a fruição, produção e difusão da diversidade cultural brasileira e em especial a da cidade de Diadema; e ampliar o repertório visual, musical, corporal, histórico e social dos estudantes, por meio do estudo, pesquisa, discussão, apreciação, vivência e produção de diferentes manifestações culturais.

Durante as atividades de Cultura, os alunos experimentam linguagens artísticas diversificadas, como desenho, pintura, artes visuais, artes plásticas, música, dança e teatro, sem perder de vista o respeito ao tempo de cada criança, as suas vivências e valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Mais Educação, implantado em 2009, no município de Diadema durante o governo de Mario Reali do PT é uma realidade, e progressivamente, como tudo que se faz em Educação, será aprimorado com a participação de educadores, educandos, artistas, atletas, gestores das áreas sociais, equipes de saúde, enfim a todos aqueles que com o compromisso pessoal, social e profissional, militam para garantir os direitos de crianças, adolescentes e jovens.

O novo paradigma de Educação proposto através da implantação da Educação Integral visa à inversão da perspectiva de futuro das crianças. São abertas possibilidades de extrapolar os diversos saberes, com intencionalidade, de posse dos conhecimentos do local e do verdadeiro acesso aos conhecimentos formalizados, através da vivência prática de uma nova rotina escolar.

Reformular a rotina escolar é lutar contra algo instituído, é romper com o raciocínio que definiu o conteúdo e a forma escolar. Implica em reestruturar a rotina pedagógica, os tempos e os espaços do dia a dia do aluno. Esse desafio exige o debate: do conceito de Educação e sua finalidade; da política municipal em suas relações interdisciplinares e intersetoriais; e da escola como centralidade da Educação Integral.

O Programa Mais Educação se propõe a qualificar o território educativo, convertendo-o, assim, em território intencionalmente educador, concordando com Paulo Freire que afirmava “há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço”⁸.

O Programa Diadema Mais Educação abriu canais para se repensar e reestruturar as práticas e conhecimentos significativos em vigor até então em sala de aula. A revisão constante e coletiva do currículo escolar e a materialização de uma nova rotina do ensino fundamental são necessárias como prelúdio do surgimento de uma nova escola, e conseqüentemente, uma nova cidade.

Neste contexto, construir a Cidade Educadora⁹ é um grande desafio, é quebrar paradigmas e provar que um outro mundo é possível. Um mundo onde a escola salta seus muros, ocupa as ruas e vai de encontro à comunidade, criando um contexto

⁸ FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

⁹ MOLL, Jaqueline. Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade. Petrópolis (RJ): vozes, 2000.

aprendente, um campo educativo, onde estes saberes e sabores se misturam. E ganha a escola, e ganha a cidade. Uma cuidando da outra, se resignificando e se requalificando mutuamente, enquanto espaços públicos de um viver justo e digno.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARROYO, Miguel. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O Lugar da Educação Integral na Política social. In: Caderno CENPEC: educação, cultura e ação comunitária, n. 2, p. 07-13, 2006.

CAVALIERE, A. M. Escolas públicas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil. In: CAVALIERE, A. M. e COELHO, L. M. C. Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

CENPEC. Tendências para Educação Integral. São Paulo, Fundação Itaú Social, 2011.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. Escola pública de horário integral: um tempo (fundamental) para o ensino fundamental. In: ABRAMOVICZ, Anete e MOLL, Jaqueline. Para além do fracasso escolar. Campinas, Papyrus, 1997. p. 191-208.

FALCÃO, J. T. da R.; RÉGNIER, J. Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, maio./ago. 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Autonomia da Escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. In: Caderno CENPEC: educação, cultura e ação comunitária, n. 2, p. 15-24, 2006.

MEC. Ensino Fundamental de nove anos. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2004.

MOLL, Jaqueline. Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade. Petrópolis (RJ): vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 12ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PLANO DE GOVERNO DO CANDIDATO LUIS IGNÁCIO LULA DA SILVA. Uma escola do Tamanho do Brasil. São Paulo: grupo de Trabalho na área de Educação, Ciência e Tecnologia, 2002.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

SÉRIE MAIS EDUCAÇÃO – Educação Integral, Texto Referência para o Debate Nacional, Ministério da Educação, Brasília, 2009.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6 nº 16 (jun.2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.